O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E AS TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS EMPREENDIDAS PELOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO – RS – BRASIL

AGRICULTURAL MODERNIZATION PROCESS AND THE TRAJEÓRIAS AND STRATEGIES OF AGRICULTURAL PRODUCERS TAKEN BY THE CITY OF STEP FUND – RS – BRASIL

Luiz Fernando Fritz Filho

Universidade de Passo Fundo - RS - Brasil

Lovois de Andrade Miguel

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS – Brasil

Karen Beltrame Becker Fritz

Universidade de Passo Fundo - RS - Brasil

Resumo: O estudo procurou compreender os fatores que induziram as transformações nas propriedades rurais no município de Passo Fundo, a partir dos programas e projetos do Estado, no que tange ao período conhecido como modernização da agricultura. Através da proposição de um novo modelo de análise que congregou as ferramentas derivadas das teorias dos sistemas de produção, tipologias de unidade produtivas e análise de trajetórias, o estudo reconstituiu as principais trajetórias e estratégias empreendidas nas unidades de produção agrícola do município, através da compreensão da história e da lógica de evolução de cada propriedade pesquisada. Após agrupar as unidades de produção, através da classificação por tipos dessas unidades, foram analisadas as trajetórias desenvolvidas pelos grupos de Unidades Agrícolas (4 tipos) até o presente momento.

Palavras-chave: Trajetórias, políticas públicas, estratégias de desenvolvimento rural.

Abstract: The study sought to understand the factors that induced transformations in rural properties in Passo Fundo, from the programs and projects of the state, with respect to the period known as the modernization of agriculture. By proposing a new analysis model that brought together the tools derived from the theories of production systems, types of unit production and analysis of the study trajectories reconstructed trajectories and the main strategies used in agricultural production units of the municipality through the understanding of history and logic of evolution of each property surveyed. After grouping the production units through classification by types of production units analyzed the trajectories developed by agricultural groups Units (4 types) so far.

Keywords: Trajectories, public policy, rural development strategies.

INTRODUÇÃO

As transformações recentes da atividade agrícola no Brasil foram engendradas pela mudança na estrutura econômica no decorrer das últimas

décadas, em especial durante 1960 e 1970. No país, as mudanças acentuam-se principalmente a partir da formação da base técnica da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Um corte emblemático foi a evolução do chamado complexo rural para os complexos agroindustriais (entre 1850 a 1950). O complexo rural apresentava uma dinâmica totalmente dependente do comércio exterior, em um período em que o mercado interno era incipiente. A agricultura caracterizava-se pela dedicação a um produto agrícola ou extrativo de alto valor comercial destinado ao mercado externo.

Especificamente no estado do Rio Grande do Sul, nas primeiras duas décadas do século XX, a lavoura mecanizada e irrigada de arroz apresentava forte expansão (NUNES DA SILVA, 2002). A atividade orizícola fundou-se sobre uma base de produção pecuária, servindo, inicialmente, como alternativa de renda nos momentos de crise da bovinocultura.

Com a instituição do Estado Novo, por Getúlio Vargas em 1937, a política econômica, em relação ao setor agrícola, foi reestruturada. A política adotada, ao restringir importações conforme escala de prioridade, favorecia a importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas básicas. No entanto, restringia a importação de bens de consumo, entre eles, alimentos e matérias-primas de origem agrícola, visando à inclusão da agricultura no processo de substituição de importações, através da ampliação da assistência técnica governamental destinada aos agricultores (MASSUQUETTI, 1998).

A economia brasileira é claramente orientada no sentido da industrialização, consolidando-se nos anos de 1950, com a internalização do setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos (D1 – Departamento 1). A partir daí completa-se o processo geral de industrialização e se inicia o processo específico da industrialização da agricultura. Nesse período, não havia mais interesse em favorecer as importações de máquinas, equipamentos e insumos químicos, mas, contrariamente, reprimi-las com objetivo de criar demanda interna para as indústrias no Brasil instaladas (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

A montagem do D1 agrícola e do proletariado rural, responderam pelo fornecimento de capital e força de trabalho, respectivamente, para a nova dinâmica de acumulação de capital no campo. O novo centro dinâmico da economia – a indústria e a vida urbana – impõe suas demandas ao setor agrícola e passa a condicionar suas transformações, que vão conduzindo ao domínio dos complexos agroindustriais (CAIs).

Durante a constituição dos complexos agroindustriais (CAIs), as relações de regulação, na agricultura, modificaram-se. No período precedente aos CAIs, estas relações funcionavam de acordo com o mercado externo e interno. O Estado assume este papel, na condição de formulador de políticas específicas, para cada complexo agroindustrial, restabelecendo os principais parâmetros para a rentabilidade de capitais empregados nos distintos ramos agrícolas.

O Estado, através de políticas de financiamento agrícola, cumpre um papel determinante na modernização da agricultura. A criação do Sistema Nacional de

Crédito Rural (SNCR), em 1965, foi responsável pela transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, pelo aumento da produtividade do setor e pela consolidação dos complexos agroindustriais.

No decorrer deste processo, o período entre 1965 e 1980 caracterizou-se pela relativa facilidade de expansão creditícia e das condições de repasse aos produtores rurais. Porém, mesmo neste contexto, o setor que angariou melhores benefícios foi o agroindustrial, com o qual o governo possuía uma afinidade, especialmente, em relação a unidades de beneficiamento e processamento, como cooperativas e agroindústrias, estimulando o setor com políticas eletivas, tais como políticas de comercialização (BELIK, 2001).

No início da década de 1980, o Brasil ajusta-se à necessidade de geração de saldos para o controle do déficit público. Este ajuste limitou o volume de crédito concedido para sanear a dívida pública (LEITE, 2001).

O quadro altera-se, sensivelmente, na década de 1990. A queda significativa de recursos aos produtores leva ao deslocamento da oferta de crédito da produção para a comercialização e aquisição de produtos. Devido às contingências, em relação à redução de gastos públicos (notadamente por parte do tesouro nacional, das exigibilidades e da caderneta de poupança), o setor privado desenvolveu mecanismos alternativos de financiamento (BARROS, 2000).

No decorrer da década de 1990, se observa o aparecimento de uma série de movimentos sociais, criando-se a noção de "agricultura familiar". Para Schneider (2003), a origem desta categoria está no processo de integração dos países da região do cone sul da América Latina, a partir do final da década de 1980, que culminou com a assinatura do tratado de Assunción, em 1991. A partir deste tratado foram estabelecidos vários acordos multilaterais, com objetivo de ampliar a integração econômica e comercial entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Em razão das feições aparentemente excludentes deste processo, pois a real participação das organizações de pequenos agricultores estava virtualmente vedada, a expressão agricultura familiar¹ surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividade de seus produtos. Para o autor, a agricultura familiar é legitimada pelo Estado, como uma nova categoria, através da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1996 (SCHNEIDER, 2003).

A oferta de crédito rural, no período, foi acompanhada pela criação de um parque especializado em linhas de implementos agrícolas e insumos, o que contribuiu para a substituição dos sistemas produtivos de policulturas (que em muitas situações representavam também culturas de subsistência) para sistemas

_

¹ Como pertencentes a esta noção Schneider (2003) destaca os assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria, entre outros atores que não poderiam ser confortavelmente identificados como pequenos produtores ou simplesmente trabalhadores rurais.

caracterizados por monoculturas. Para Müller (1998), a "febre da soja" foi responsável pelo estado ter se transformado no maior mercado nacional para certas linhas de máquinas e insumos agrícolas, junto a uma política de crédito oficial que estimulou desperdícios como a implantação de um parque de esmagamento do grão e produção de óleo, que se tornaria ocioso à medida que novos estabelecimentos entravam em operação sem que a produção crescesse no mesmo ritmo.

O setor agropecuário alcançou, recentemente, um expressivo crescimento de produtividade, conjuntamente a significativas modificações na dinâmica ocupacional através da queda do número de famílias ocupadas na atividade agrícola no Rio Grande do Sul (SCHNEIDER e WAQUIL, 2004).

A estrutura fundiária do estado, entre as décadas de 1960 e 1990, apresentou um aumento significativo da concentração de área, notadamente, nos estabelecimentos com tamanho superior a 500 hectares. A partir de 1990 destacase a diminuição do total de estabelecimentos e de área em propriedades pertencentes a estratos de área com tamanho entre menos de 10 e 100 hectares (Censos Agropecuários IBGE 1950 a 1995/96).

Uma consequência dos processos de ocupação de terras e da modernização é a significativa variação nos indicadores sociais, de desenvolvimento e de produção na agricultura. As diversidades regionais podem ser avaliadas sob diferentes olhares, vieses teóricos e recortes territoriais.

Guanziroli e Cardim (2000) revelam que os agricultores familiares da região Sul destacam-se pela sua participação no VBP regional, sendo responsáveis por 35% da pecuária de corte, 80% da pecuária de leite, 69% dos suínos, 61% das aves, 83% da banana, 43% do café, 81% da uva, 59% do algodão, 92% da cebola, 80% do feijão, 98% do fumo, 89% da mandioca, 65% do milho, 51% da soja e 49% do trigo produzido na região.

O Planalto Médio do estado do Rio Grande do Sul, ao longo de sua história recente, passou por um intenso processo de diferenciação em sua agricultura. O sistema agrário da Região baseou-se na atividade pecuária aliada a cultura da ervamate durante a maior parte do século XIX. Este sistema modifica-se no início do século XX, com a chegada dos colonos europeus, associada à falta de competitividade dos estancieiros, que acabam por vender parte significativa da terra a companhias privadas de loteamento de colônias e aos próprios colonos.

O sistema colonial estruturou-se com a policultura, entrando em crise na década de 1940, pela dificuldade de reprodução dos agroecossistemas. Uma segunda fase deste sistema inicia em 1950, com o incremento da produção de trigo, pela aquisição de terras de estancieiros, e com a criação de uma estrutura com cooperativas, mecanismos de preços mínimos e infraestrutura de política e de pesquisa, gerando a expansão da área cultivada a partir de 1950. Nesta fase agrava-se o processo do êxodo rural, com a incorporação de tecnologias poupadoras de mão de obra, problema que tornar-se-ia crescente desde então.

Os processos de expropriação dos caboclos e da legitimação dos colonos avançam, surgindo novos atores, denominados "granjeiros" (SILVA NETO et al.,

2005). Cabe destacar que substancial parte da mão de obra para o cultivo do trigo foi representada por agricultores familiares alocados em minifúndios, os caboclos. A produção de trigo entra em crise na década de 1960, pela concorrência do produto norte-americano, pela queda de subsídios e problemas cambiais.

A partir de 1965 surgem novas exigências (tecnológicas, de recursos e mão de obra), modos de produção e relações sociais, iniciando um novo Sistema Agrário. O Planalto Médio, aparentemente, respondeu positivamente à lógica produtivista imposta pelos mecanismos da Revolução Verde naquele momento (TEDESCO, 2006).

O principal sistema produtivo adotado foi o binômio trigo-soja, que contribuiu para a substituição de culturas de subsistência por culturas de verão. No final da década de 1970 foi extraordinária a expansão da lavoura de soja, o que caracterizou uma fase profundamente marcada pela monocultura, bem como em outras regiões onde a soja substituiu outras culturas tradicionais.

No estado e na região do Planalto Médio, a estrutura cooperativista é criada como um elemento articulador no processo de constituição de um parque agroindustrial, de modernização técnica de setores, regiões e produtos agrícolas (Benetti, 1985). A partir da década de 1970 as cooperativas passaram a apropriarse das instalações de outras cooperativas, incorporando as suas estruturas e promovendo associações com terceiros com o objetivo de obter capital e tecnologia para entrarem em outros ramos da atividade. Essas transformações na estrutura das empresas cooperativas foi chamada por Benetti (1985) de sistema multicooperativo. A autora destaca que a crise do sistema, na década de 1980, ocorre com a retirada do Estado do papel de indutor da economia. A partir daí as cooperativas enfrentam dificuldades para refinanciar suas dívidas, o que, em conjunto com a queda dos preços agrícolas, amplia o endividamento das cooperativas, inviabilizando a continuidade das atividades de parcela significativa dessas cooperativas.

Processo semelhante desenvolveu-se com a Cooperativa Tritícola de Passo Fundo (Coopasso). Fundada em 1955 com onze sócios, ampliou significativamente sua estrutura com a construção de depósitos, armazéns, infraestrutura de transportes, entre outras. Na década de 1970, já contabilizando 2100 associados. A retirada do Estado do papel de indutor da economia, a falta de incentivo à diversificação e a descapitalização da cooperativa levam à sua crise ao término na década de 1980 (TEDESCO *et al.*, 2005).

Em termos de produção, na Região do Planalto Médio do estado do Rio Grande do Sul, e, especificamente em Passo Fundo, é possível perceber três fases do processo de modernização da agricultura: a primeira, até o início da década de 1970, centrada no trigo, tendo a partir dos anos de 1960, a soja como lavoura secundária em crescente expansão e importância; a segunda, na década de 1970, com ênfase para o período 1972-1978, liderada pela soja, passando o trigo a uma posição secundária declinante; a terceira, a partir de 1978/1979, em que se passou a buscar uma maior diversificação de culturas, diante da vulnerabilidade e dos riscos decorrentes de basear a agricultura (e, por consequência, a economia da

região) nos sucessos ou frustrações de apenas duas safras – o binômio trigo-soja (BRUM, 1983).

Neste quadro, a partir dos anos de 1990, as unidades de produção agrícola no Planalto Médio e, especialmente, em Passo Fundo, assumem diferentes configurações produtivas, convivendo, em um mesmo território, unidades de produção agrícola destinadas unicamente à produção de culturas de verão e inverno, unidades com atividades de integração indústria-produtor familiar e produção de soja, propriedades com atividades de cultivo de soja e criação, unidades com produção de produtos hortifrutigranjeiros, entre outras.

Visando compreender os fatores que induziram as transformações nas propriedades rurais, a partir do processo de modernização da agricultura, o eixo central deste estudo é a reconstituição das trajetórias das unidades de produção agrícola do município de Passo Fundo no estado do Rio Grande do Sul. Através da compreensão da história e da lógica de evolução de cada propriedade pesquisada, analisaram-se as trajetórias desenvolvidas pelos produtores das unidades agrícolas até o presente momento.

Neste sentido, este estudo aliou a noção de trajetórias das unidades de produção agrícola através de modelos tipológicos de sistemas de produção. A abordagem das trajetórias mostra-se também adequada para a configuração de novas formas de intervenção na agricultura, pois, ao retratar e analisar os principais eventos que afetaram as propriedades, a abordagem pode contribuir para a redução das incertezas nas futuras proposições para o meio rural.

O estudo analisou a trajetória de 81 unidades produtivas situadas no município de Passo Fundo visando: (a). Identificar - através da aplicação de um modelo de análise de trajetórias de unidades de produção agrícola — os grandes sistemas produtivos com ênfase nos fatores internos e externos às propriedades, com especial atenção aos impactos das políticas de estado implementadas a partir do período da modernização da agricultura brasileira; (b). Analisar as trajetórias seguidas pelos distintos sistemas de produção identificados na pesquisa de campo; (c). Contribuir para a criação de um modelo que avalia como os processos ou as mudanças endógenas e/ou exógenas às unidades impactam em suas trajetórias e estratégias desenvolvidas ao longo do tempo.

A CONTRIBUIÇÃO DOS MODELOS TIPOLÓGICOS DE TRAJETÓRIAS COMO FERRAMENTAS PARA O ESTUDO DE ÁREAS RURAIS

Modelos tipológicos

A construção de tipologias para unidades de produção evidencia as diferenças observadas nas unidades classificadas, além de possibilitar a análise da diversidade de critérios de gestão adotados pelos produtores em seus sistemas de produção (DUFUMIER, 1995). Os modelos tipológicos são configurados de acordo

com a evolução das atividades agrícolas, categorias sociais de produtores, recursos técnicos e políticas de Estado para a agricultura.

Dessa forma, podem-se definir com precisão os pontos similares que colocam lado a lado determinadas unidades produtivas e, assim, melhor conhecer a segmentação produtiva de cada região. Igualmente, observam-se as principais diferenças ou contradições existentes (técnicas, econômicas e sociais) na área rural trabalhada.

Portanto, os modelos tipológicos (ou tipologias) permitem a construção de cenários nos quais se encontram as unidades de produção. Ao agrupar as propriedades de acordo com o sistema de produção que praticam, por exemplo, o sistema produtivo vigente aparece como uma combinação particular de um número limitado de tipos de explorações definidos técnica, econômica e socialmente. A trajetória de acumulação (negativa ou positiva) é fundamental para a definição da tipologia da realidade, para que a dinâmica possa ser explicada coerentemente. As diferenças que levam a distintas trajetórias na região ou localidades pesquisadas são analisadas de acordo com as interações entre as unidades produtivas e os cenários socioeconômicos como, por exemplo, comercialização agrícola, acesso a crédito e renda. A análise da história da agricultura regional, aliada ao quadro tipológico de determinadas unidades, amplia as variáveis necessárias à análise dos processos que contribuíram para a evolução das unidades de acordo com o contexto no qual estão inseridas.

Na análise tipológica, um conceito que se mostra frequente é o de sistema de produção. O sistema de produção apresenta-se como um método para o estudo das unidades de produção agrícola, permitindo descrevê-las do ponto de vista agroeconômico. Caracteriza-se pela possibilidade da análise da produção, das relações com o exterior e da história da propriedade, apresentando-se como um instrumento metodológico apropriado para a construção de modelos tipológicos aplicados ao meio rural (DUFUMIER, 1996).

Os sistemas de produção são normalmente investigados em nível de propriedades agrícolas e são definidos como sistemas apropriados para os objetivos da família, compostos por suas necessidades, nível de renda almejado e modo de vida desejado, em constante confronto com um conjunto de limitações. Formam-se diferentes encadeamentos entre os tomadores de decisão familiares, visando ao alcance de um ou de vários objetivos que gerenciam os processos de produção e que podem se caracterizar por diversos fluxos (de dinheiro, de materiais, de informações e de trabalho) na propriedade. Essas inter-relações se dão tanto no seio da propriedade, como em suas ligações com variáveis exteriores a ela (DUFUMIER, 1996).

Trajetórias das Unidades de Produção

Muitas vezes a análise da situação atual dos funcionamentos das unidades de produção não traduz completamente os objetivos dos produtores. Torna-se

então necessário apreender a evolução passada da unidade, e as razões que levaram o agricultor a explicar esta evolução. A associação de dados atuais e passados permite evidenciar o funcionamento da unidade de produção, e a definição da trajetória que segue até os dias de hoje.

O estabelecimento de uma tipologia das unidades de produção, de uma região, se faz a partir de diferentes trajetórias reconhecidas ao longo das pesquisas, trajetórias que compararão, aprovarão, e sobretudo situarão o conjunto das unidades de produção estudadas.

As trajetórias se desenrolam sobre um espaço multidimensional, que caracteriza os sistemas de produção, suas performances e seus diferentes graus de reprodutividade.

Para um conjunto de unidades de produção pesquisadas depreendem-se os critérios ou indicadores que dão conta dos diferentes sistemas atuais a da evolução passada. Ainda que estabelecida de forma empírica e qualitativa, traduz-se como uma ferramenta de produção conduzida para atender a objetivos. Elas se revelam discriminantes (distinguem) para classificar as unidades de produção em comparação aos efeitos do ambiente socioeconômico, e compreendem as diversas ações de desenvolvimento.

Na construção das trajetórias, as características quantitativas, que servem, habitualmente, para a descrição dos sistemas de produção, não são suficientes para decidir sobre a evolução de uma unidade de produção. As trajetórias devem também se basear na análise da história das propriedades.

Um cuidado na análise das trajetórias das unidades de produção diz respeito a mecanismos que, para o passado, foram decisivos sobre a evolução de certas unidades, que podem não o ser, no futuro. Deve-se levar em consideração a evolução do ambiente socioeconômico, como saturação dos mercados, evolução dos meios de vida e outros.

O estudo das trajetórias poderá vir a ser uma via privilegiada para a avaliação de cenários futuros, evitando erros menores que consistem em acreditar que as soluções, ontem eficazes, seriam ainda automaticamente eficazes hoje.

a) Aplicações de modelos tipológicos para a análise de trajetória de Unidades de Produção

Evolução das Unidades Produtivas da Região de Haute-Marne²

O estudo na região de Haute-Marne foi realizado objetivando a atualização dos modelos tipológicos. Com a utilização de dados provenientes da pesquisa "estruturas" da Câmara de Agricultura da França (que realiza periodicamente o levantamento em 67 comunidades representativas de diferentes microrregiões

² Extraido do estudo intitulado *"L'analyse des trajectoires des exploitations agricoles: Une méthode pour actualiser les modèles typologiques et étudier levolution de l'agriculture locale*", de autoria de Perrot *et al.*, (1995).

agrícolas da região de Haute-Marne), foi construída uma "chave" tipológica, por especialistas. Através do uso de arquivos da pesquisa, os autores calcularam um coeficiente de semelhança, classificando as unidades de produção entre polos (através do conjunto das unidades ligadas aos polos que mais se assemelharam) formando cada polo um tipo. Nesse processo, foram identificados nove tipos de unidades de produção com atividades leiteiras, e cerca de sete tipos de unidades de produção que não possuíam atividade leiteira.

Durante a análise, foram considerados fatores externos aos sistemas de produção, como, por exemplo, os planos de desenvolvimento do governo, que alavancaram produtores, ao longo do tempo, e a imposição de quotas de produção de leite, o que levou à diversificação de produção, além dos planos de retirada (pré-aposentadoria), que auxiliaram na saída de pequenos produtores de leite com baixa capitalização.

Em um segundo momento do estudo, foi criado um espaço de representação das unidades de produção, através de análise gráfica, com o uso de análise de componentes principais (análise multivariada), que permitiu a sobreposição gráfica da situação das mesmas comunidades no ano de 1987 e, depois, no ano de 1992, obtendo-se, desta forma, a análise das trajetórias.

Trajetória das Propriedades da Região de Boischaut Nort³

Um estudo que avaliou as trajetórias das unidades de produção foi empreendido, na década de 1980, em Boischaut Nort, na região de l'Indre. A necessidade de apreensão da evolução passada, das unidades de produção, até sua situação atual, estimularam o estudo de suas trajetórias. Através da utilização de um organograma, os autores distribuíram, em ramos, cada unidade de produção, em um dado período, derivada daquelas unidades de produção que em anos anteriores situavam-se entre aquelas características.

Foram identificados três arquétipos (o primeiro data do ano de 1945) que se diferenciaram, especialmente, em termos de área, e cujos traços de sua evolução, até 1960 (variação de área, introdução da mecanização), foram retraçados. Estas situações constituíram as origens de quatro trajetórias principais, sobre as quais se situam os tipos de unidades de produção registradas até 1976.

Para os autores este modelo tipológico permite identificar rapidamente a qual tipo pertence a unidade de produção considerada e informar sobre as características de seus funcionamentos. Dessa forma, o método pode auxiliar os responsáveis por decisões de desenvolvimento, representando um útil investimento.

³ Extraído do estudo intitulado *"Étude des systèmes de production des exploitations agricoles. Une typologie"*, de autoria de Sebillotte e Capillon (1980).

Dinâmica dos Sistemas Leiteiros na Amazônia

Hostiou et al. (2006), no trabalho intitulado "Dinâmica e evolução de sistemas familiares de produção leiteira em Uruará, frente de colonização da Amazônia brasileira", realizaram um estudo sobre os estabelecimentos leiteiros da Amazônia. Os autores, a partir do caso de explorações leiteiras no município de Uruará, na frente pioneira da Transamazônica, identificaram cinco tipos de sistemas de produção de leite e a trajetória desses sistemas.

Para evidenciar a diversidade dos sistemas leiteiros, foram entrevistados 30 produtores leiteiros do município. Os autores enfatizam que a tipologia modela a diversidade das unidades de produção em uma determinada data. Porém, a tipologia pode tomar uma dimensão dinâmica através da análise das trajetórias, ou seja, da identificação da história e da lógica de evolução das propriedades.

Os autores também destacam a importância de caracterizar as dinâmicas possíveis dentro da diversidade dos sistemas de produção. Uma dinâmica corresponde à ligação existente entre dois tipos de sistemas de produção, e representa as evoluções necessárias que levam à mudança de sistema. A caracterização das tendências evolutivas das unidades de produção é importante para acompanhar as transformações de estabelecimentos em regiões onde ocorrem rápidas mutações da agricultura.

Trajetórias de desenvolvimento local no Nordeste do Brasil

Sabourin *et al.* (2005), no estudo intitulado "dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento local: reflexões a partir de experiências do Nordeste brasileiro", analisaram trajetórias de desenvolvimento local através de um método de análise das transformações das sociedades rurais, elaborados no Nordeste, por uma equipe de pesquisadores do Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD) e da EMBRAPA.

Os autores caracterizaram a trajetória de desenvolvimento como a evolução dos recursos produtivos, e de sua reorganização, no tempo e no espaço, por um grupo de atores sociais, num dado território, visando à reprodução ou melhoria de suas condições de vida, determinada em parte, pela influência de fatores e de atores externos.

MODELO ANALÍTICO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

No presente estudo a metodologia aplicada utilizou um modelo tipológico aplicado às trajetórias das Unidades de Produção de Passo Fundo, descrito a seguir. O modelo iniciou com *uma pré-tipologia das unidades de produção de*

Passo Fundo (a), através de uma pesquisa exploratória aplicada a agentes envolvidos com a agricultura da região.

Foram arguidos atores, denominados informantes-chave⁴, selecionados pelo seu significativo envolvimento técnico com a agricultura na região do Planalto Médio e, especialmente, em Passo Fundo.

As entrevistas realizadas com esses informantes-chave foram pautadas em dois pontos principais: identificação de elementos e eventos que contribuíram para as mudanças na estrutura produtiva e técnica ao longo das últimas décadas na região do Planalto Médio e especialmente no município de Passo Fundo e composição da estrutura produtiva (sistemas de produção) das propriedades rurais atualmente existentes na área agrícola de Passo Fundo. Como resultado desta etapa o estudo apontou para a identificação da prevalência de quatro grandes tipos de sistemas de produção em funcionamento nas unidades de produção na Área rural de Passo Fundo.

A etapa seguinte permitiu uma *construção tipológica (b)* que foi realizada pela distinção das unidades em diferentes categorias (Tipos), analisando as práticas dos sistemas de produção em conjunto com as etapas da evolução das unidades pesquisadas. Para tanto, a pesquisa apoiou-se no modelo de "categorias de produtores e tipologias de sistemas de produção agrícola" proposto por Dufumier (2007), em associação com elementos de classificação tipológica que incorporam as chamadas "tipologias de trajetórias" de Berdegué e Escobar (1990) e também nas análises de Sebillotte e Capillon (1980) e Perrot e Landais (1993).

A técnica de estudo de campo foi empregada nas unidades de produção da área rural de Passo Fundo, com a realização de entrevistas estruturadas com cada produtor responsável pela unidade de produção. Nesta etapa utilizou-se um formulário que contemplou as variáveis e os indicadores propostos.

O processo das entrevistas aos produtores avançou com a aplicação de sucessivas entrevistas, objetivando a busca, à exaustão, dos sistemas de produção ou tipos que representam a área rural de Passo Fundo. Para atingir este objetivo, foi necessária a realização de 81 entrevistas na área rural de Passo Fundo, de um universo de 907 unidades de produção no município, durante os anos de 2009 e 2010.

Foram selecionados dois grupos de variáveis expostos a seguir (Quadros 1 e 2).

⁴ Engenheiro-agrônomo da Emater; Técnico agrícola da Emater; Engenheiro agrônomo representante da Cooperativa Cotrijal; Técnico agrícola da Cooperativa Cotrijal; Pesquisador da Embrapa Trigo unidade de Passo Fundo; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo e Região; Técnico responsável pela assistência técnica no sindicato e nas propriedades rurais de Passo Fundo; Representante regional do Sicredi responsável pela análise de modalidades de financiamento agrícola; Representante do Sicredi Passo Fundo, responsável no que tange à assistência técnica acerca de projetos de financiamentos à agricultura; Presidente do Sindicato Rural do município de Passo Fundo – categoria empregadores; Produtores rurais ligados aos sindicatos (categorias empregadores e trabalhadores rurais); Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História Regional da Universidade de Passo Fundo; Representante do IBGE, unidade de Passo Fundo; Subprefeitos dos quatro distritos que compõem a área agrícola do município de Passo Fundo (Bela Vista, Pulador, São Roque e Bom Recreio).

Quadro 1. Variáveis e indicadores da caracterização produtiva das unidades de produção da área rural de Passo Fundo.

VARIÁVEIS	INDICADORES
Área	Posse da terra (em ha).
Atividades realizadas na unidade de produção	Área (ha), faturamento, comercialização (externa, consumo na unidade) por tipo de culturas, tipo de criação e outras atividades.
Receitas de outras atividades	Valor e tipo de receita.
Financiamento	Valor e tipo de financiamento.
Mão de obra	Modalidade, idade, número de pessoas, escolaridade e funções por tipo de mão de obra.
Máquinas, equipamentos e benfeitorias	Tipo, quantidade e estado das máquinas, equipamentos e benfeitorias.
Permanência dos filhos na unidade	Número de filhos que residem na unidade de produção, escolaridade dos filhos e intenções de permanência nas atividades vinculadas à unidade de produção.
Objetivos do produtor quanto à unidade de produção	Permanência do produtor e suas intenções em relação à unidade de produção.

Fonte: Dados de pesquisa.

Um segundo conjunto de variáveis (Quadro 2) permitiu a identificação das trajetórias de cada unidade de produção analisada a partir da história da propriedade e da lógica da evolução de cada sistema produtivo ao longo do tempo.

Quadro 2. Variáveis e indicadores da reconstituição histórica - trajetória - das unidades de produção da área rural do município de Passo Fundo.

VARIÁVEIS	INDICADORES
História da propriedade	a. Relato do período e razões para o início das atividades na unidade de produção.
Reconstituição dos principais momentos da evolução da unidade durante o período de 1970	a. Modificações sofridas pela unidade (área, sistema produtivo, mão de obra, atividades). b. Área. c. Atividades produtivas (em relação a culturas, criação e outras atividades). d. Ampliação de tecnologia (se amplia; de que forma amplia os recursos). e. Formas de ampliação tecnológica. f. Fatores que colaboraram para a mudança das atividades da unidade (mudanças técnicas, intervenção do Estado, mão de obra, falta de mercado, outra). g. Uso de políticas públicas (empréstimos e financiamentos).

Continuação

VARIÁVEIS	INDICADORES
Reconstituição dos principais momentos da evolução da unidade durante o período de 1980	a. Modificações sofridas pela unidade (área, sistema produtivo, mão de obra, atividades). b. Área. c. Atividades produtivas (em relação a culturas, criação e outras atividades). d. Ampliação de tecnologia (se amplia; de que forma amplia os recursos). e. Formas de ampliação tecnológica. f. Fatores que colaboraram para a mudança das atividades da unidade (mudanças técnicas, intervenção do Estado, mão-de-obra, falta de mercado, outra). g. Uso de políticas públicas (empréstimos e financiamentos).
Situação da unidade no período composto pela década de 1990*	a. Modificações sofridas pela unidade (área, sistema produtivo, mão de obra, atividades). b. Área. c. Atividades produtivas. d. Ampliação de tecnologia (se amplia; de que forma amplia os recursos). e. Formas de ampliação tecnológica. f. Fatores que colaboraram para a mudança das atividades da unidade (mudanças técnicas, intervenção do Estado, mão-de-obra, falta de mercado, outra). g. Uso de políticas públicas (empréstimos e financiamentos).

Fonte: Dados de pesquisa.

Os dados foram organizados e tabulados em uma planilha com uso do "software" SPSS 16.00, através da transcrição dos resultados e das respostas dos produtores durante as entrevistas. O referido software possibilitou o agrupamento das variáveis de campo permitindo a identificação e categorização de 4 tipos de sistemas produtivos entre as propriedades investigadas, através da análise das variáveis produtivas e da evolução das unidades. Estes tipos serão descritos nas seções 4.1 à 4.4.

A DIFERENCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA ÁREA RURAL DE PASSO FUNDO: TIPOLOGIA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO

A partir da coleta de dados primários foram identificadas características que revelam o perfil da amostra estudada.

^{*}Observação: O número de passagens das diferentes reconstituições dos sistemas de produção empregados ao longo do tempo varia de acordo com o relato de cada produtor entrevistado.

Tabela 1. Perfil da Amostra Utilizada para a Construção da Tipologia dos Sistemas de Produção dos Produtores Rurais do Município de Passo Fundo.

PERFIL DA AMOSTRA	
Especificação do Item	Unidade de Análise
Local da Coleta de Dados	Área Rural do Município de Passo Fundo
Distritos	Bela Vista, Pulador, São Roque e Bom Recreio.
Entrevistas realizadas	Em Unidades
Produtores/Unidades Produtivas	81
Área das Unidades	Em Hectares (ha)
Área Média das Propriedades	64,56
Intervalos de Área das Unidades	0,5 à 330
Mão de Obra	Percentual em relação ao total da amostra
Base Familiar(componentes da família são a base	93,82
do trabalho da unidade)	
Participação por Tipos de Atividades Vegetais	Percentual em relação ao total da amostra
Soja	87,65
Milho	79,01
Trigo	28,39
Participação por Tipos de Atividades de Criação	Percentual em relação ao total da amostra
Atividade Leiteira	74,07
Bovinos	82,71
Suínos	67,90
Infraestrutura das unidades de produção	Percentual em relação ao total da amostra
Galpão	87,65
Trator	85,18
Semeadora	63
Pulverizador	80,24
Arado	70,37
Tração animal	6,18
Aposentadoria Rural	46,91
Rendas Adicionais	20,98
Utilização de Recursos do Estado para Agricultura	Percentual em relação ao total da amostra
Financiamentos	51,85

Fonte: Dados de Pesquisa.

Um panorama dos resultados encontrados, a partir dos dados amostrais coletados na área rural do Município, composto pelos distritos de Bela Vista, Pulador, São Roque e Bom Recreio, revela que a área média das propriedades investigadas é de 64 ha, com atividades de cultivo de soja, milho e trigo e de criação de bovinos e suínos, com mão de obra essencialmente familiar. Cerca de 50% dos produtores rurais investigados possuem financiamentos com recursos do Estado para agricultura. Em relação às rendas externas, cerca de 46% das unidades entrevistadas têm, pelo menos, um membro da família que recebe aposentadoria.

Essas entrevistas, realizadas diretamente junto aos agricultores, subsidiaram a elaboração da Tipologia dos Sistemas de Produção implantados pelos produtores rurais do Município. Através do agrupamento de indicadores agrossocioeconômicos, da história dos produtores e da evolução das unidades pesquisadas, foram identificados quatro Trajetórias de Sistemas de Produção distintas:

Tipo 1 – Caracterização e Trajetória do Sistema de Produção Hortifrutigranjeiro

A reconstituição da história recente das unidades de produção, durante a pesquisa de campo, evidenciou que os produtores inseriram-se neste Sistema de Produção (Tabela 5) entre as décadas de 1970 e 1990. No período anterior, a maior parte dos produtores praticava o cultivo de soja e trigo, como atividades principais. No entanto, fatores como a reduzida área agriculturável, dificuldade de acesso a equipamentos apropriados às lavouras, as dificuldades de aquisição de novas áreas de terra e de acesso a financiamentos oficiais impediram a manutenção deste sistema produtivo. Como consequência, significativa parte desses agricultores amplia, paulatinamente, a produção de produtos da horta para venda em pequenos mercados. Concomitantemente alocam parte de sua mão de obra, em trabalhos temporários em estabelecimentos agrícolas na região, como fonte complementar de renda. Cabe destacar que, no início da década de 1990, desponta um movimento de intenso estímulo ao mercado de produtos hortifrutigranjeiros, a partir da criação de feiras do produtor na área central do Município, em associação com campanhas que destacavam os benefícios do consumo de vegetais, hortaliças e frutas.

As propriedades rurais com Sistemas de Produção, que apresentam nos produtos hortifrutigranjeiros sua centralidade, representam nos dias atuais aproximadamente 5% das unidades da área rural, segundo dados dos informantes-chave desta pesquisa (somando cerca de 10% das unidades da amostra investigada no campo com este tipo de sistema de produção). Esses produtores (classificados como pertencendo ao Sistema de Produção Hortifrutigranjeiro - Tipo 1) caracterizam-se por disporem de áreas de terra (Superfície Total) pouco extensas. Parte significativa da superfície total dessas propriedades apresenta matas nativas, áreas de preservação e também a prevalência de reflorestamento, tornando a superfície agrícola útil restrita. Nesse sistema de produção, as áreas disponíveis para cultivos ocupam quase a totalidade da superfície agrícola útil (SAU). Como principais atividades destacam-se os produtos de horta como alface, rúcula, beterraba, milho verde entre outros, bem como produtos ligados à fruticultura (em especial morango, melão, pêssego e melancia).

A comercialização da produção é efetuada em feiras especializadas (em hortifrutigranjeiros) localizadas na área central do município. Além do comércio nestes pontos de venda, muitos produtores também comercializam parte da produção em mercados de alimentação (fruteiras e mercados de porte médio).

Os cultivos de mandioca, milho e a criação de aves, suínos e vacas de leite (com um pequeno efetivo), bem como a produção de mel são destinados ao consumo da família. No entanto, eventuais excedentes destas produções são comercializados nas feiras já citadas.

Já a mão de obra alocada nas atividades dos estabelecimentos rurais pesquisados é composta basicamente pelo produtor e por seus familiares. A tecnologia utilizada baseia-se, sobretudo, nos equipamentos e implementos de uso na horta e nos procedimentos de irrigação dos cultivos.

Cerca de 37,5% das unidades pesquisadas recorrem a financiamentos para a realização de investimentos do tipo estufas, sistemas de irrigação, sistemas de proteção de canteiros. Os recursos são oriundos do PRONAF, de cooperativas ou empresas agropecuárias da região.

Tabela 2. Síntese das Características das Unidades de Produção pertencentes ao Sistema de Produção Hortifrutigranjeiro (Tipo 1).

Item	Característica
Área	Hectares
a) Área Média	10 hectares
b) Superfície Agrícola Útil	Cerca de 30% da área total da unidade são agriculturáveis (70% da SAU são compostas por reflorestamento, matas e área preservadas).
Propriedades do Sistema	Em Unidades
a) Unidades de Produção	8 Unidades de Produção
Produção Principal das Unidades	Produto (cultivos e derivados)
a) Horta	Alface, rúcula, beterraba, milho verde, brócolis, repolho, couve-flor.
b) Pomar	Morango, melão, melancia, Pêssego.
c) Autoconsumo	Feijão, queijo, milho (com eventual venda de excedentes)
Criação	Tipo de criação (finalidade)
a) Tipo de efetivo	Bovinos, suínos, aves, e ovinos (autoconsumo)
Canais de Comercialização	Locais e características
a) Tipos de Mercados	Feiras especializadas em produtos hortifrutigranjeiros, fruteiras e mercados médios
Mão-de-Obra	Quantidade (modalidade)
a) Familiar	Somente membros da família;
b) Outra forma	Eventual contratação temporária em períodos de colheitas
Rendas Externas à Unidade de Produção	Percentual em relação ao total da amostra
a) Aposentadoria Rural	Cerca de 25% (2 unidades) possuem este benefício
Recursos Financeiros	Percentual em relação ao total da amostra
a) Oriundos de Programas do Estado	12,5 % (1 unidade) possui financiamento na modalidade
para Agricultura	PRONAF investimento na unidade.
b) Outras fontes	25% (2 unidades) acessa financiamentos no mercado com
	empresas agropecuárias (uma unidade) e com cooperativas (uma unidade)

Fonte: Dados de Pesquisa.

Uma estratégia adotada pelos produtores que implementam este Sistema é a realização de cultivos sem o uso de agrotóxicos. A produção orgânica permite a agregação de valor na venda deste tipo de produto.

Tipo 2 – Caracterização e Trajetória do Sistema de Produção Aviário

Os produtores que compõem o Sistema de Produção Aviário (Tipo 2), apresentado na Tabela 6, implementaram, em suas trajetórias recentes, sistemas de produção semelhantes. A história destes produtores está associada aos seguintes fatores: inserção dos produtores na cultura do trigo a partir de 1950; ampliação da cultura da soja a partir da década de 1970; perda de importância de

atividades comerciais de criação em conjunto com a consolidação da monocultura da soja entre as décadas de 1975 e 1990. No entanto, em tempos recentes, o fator que caracteriza estes produtores e seus sistemas de produção é a integração com as indústrias avícolas. Segundo a interpretação dos informantes-chave, entrevistados durante esta etapa da pesquisa, o município apresenta entre 5% e 10% de unidades de produção que implementam atualmente este sistema (foram identificadas 10 unidades ou cerca de 12% de representatividade deste tipo de sistema de produção no estudo de campo) .

As unidades de produção que integram este Sistema de Produção, compõem-se por produtores proprietários e suas famílias. Cerca de 90% da superfície total das unidades são terras agriculturáveis. A maior parte da superfície agrícola útil é alocada para o cultivo da soja e do milho e, eventualmente, trigo e aveia. A soja é comercializada com cooperativas e empresas especializadas em recebimento de grãos na região. Já o milho, normalmente, destina-se ao consumo na unidade, especialmente para alimentação do efetivo de criação. Nas unidades são mantidas a produção de horta e pomares (em pequenas áreas) para consumo familiar. Também realizam a criação de bovinos, suínos e ovinos para autoconsumo e, eventualmente, estes excedentes de produção são vendidos a vizinhos.

A avicultura integrada, centralidade deste sistema de produção, foi rapidamente desenvolvida por configurar-se numa alternativa à monocultura da soja. A baixa exigência de mão de obra e as facilidades de manejo dos aviários, associados ao ingresso monetário contínuo (oriundo da receita de cada lote comercializado à indústria) levaram à consolidação desta atividade neste Sistema.

Os aviários são manejados em lotes. A empresa integradora fornece insumos e a assistência técnica necessária para que o produtor, após um período médio de 40 dias, encaminhe os lotes com frango para empresa, de acordo com as especificações técnicas acordadas.

A mão de obra nestas unidades é de base familiar, com a contratação momentânea de diaristas nos períodos de colheita da soja. Para as atividades relacionadas exclusivamente ao aviário, os produtores contratam um funcionário, em tempo integral. Esta prática da contratação é recente e está associada às novas exigências sanitárias das indústrias, que demandam cuidados extremos em relação à higiene e às normas de segurança. Esta exigência vem pressionando os produtores com menor disponibilidade de mão de obra familiar a recorrerem à contratação externa.

O nível tecnológico responde principalmente às necessidades de modernização dos aviários. Investimentos para a ampliação e manutenção desta atividade (como a construção de novos aviários ou a substituição de aviários mais antigos, ou mesmo alterações na tecnologia interna e nas formas de criação, que envolvem novos cuidados sanitários, entre outros), são recorrentes. Portanto, é possível afirmar que esta atividade está em expansão no Município, pois muitas unidades já realizaram investimentos, através de reformas, construção e ou/ampliação dos aviários, sempre de acordo com as diretrizes e exigências sanitárias impostas pelas indústrias parceiras.

Tabela 3. Síntese das Características das Unidades de Produção pertencentes ao Sistema de Produção Avicultura (Tipo 2).

Item	Característica
Área	Hectares
a)Área média	50,25 hectares
b) Superfície Agrícola Útil	90% da Superfície Total das propriedades do sistema de produção
Propriedades do Sistema	Número de Unidades
a) Número de unidades	10
Produção Principal das Unidades	Produto (cultivos e derivados)
a) Soja b) Milho c) Autoconsumo	Ocupa a totalidade da superfície agriculturável Ocupam pequenas parcelas de áreas das unidades Leite, hortaliças e carne derivada do efetivo da unidade
Criação	Tipo de criação (finalidade)
a) Aves	Aviários integrados com indústria
Canais de Comercialização	Locais e características
a) Tipos de Mercados	Soja comercializada em empresas da região e cooperativas
Mão de Obra	Quantidade (modalidade)
a) Familiar	Membros da família
b) Outra forma	Um funcionário permanente (aviário) e demais funcionários em períodos de colheita de grãos
Rendas Externas à Unidade de Produção	Percentual em relação ao total da amostra
a) Aposentadoria Rural	Cerca de 40% dos produtores possuem o benefício
Recursos Financeiros	Percentual em relação ao total da amostra
a) Oriundos de Programas do Estado para Agriculturab) Outras fontes de Financiamento	60% dos produtores possuem financiamento para lavoura de soja e milho, na modalidade custeio e eventualmente investimento. Indústria avícola financia parte dos investimentos
	da atividade

Fonte: Dados de Pesquisa.

Para investimentos e ampliação estrutural das unidades, os produtores deste Sistema recorrem, historicamente, a recursos oficiais. Porém, atualmente, destacase a utilização de linhas oficiais de crédito para o custeio das lavouras (PRONAF). Os financiamentos para a avicultura, normalmente são do tipo parciais. Ou seja, as indústrias parceiras (integração) auxiliam parte dos projetos enquanto o restante do financiamento é buscado, pelo produtor, através de linhas de crédito específicas do Estado para estes empreendimentos (por exemplo, Banco BRDE).

Por fim, ressalta-se que, neste sistema de produção, cerca de 40% dos entrevistados possuem aposentadoria rural, benefício percebido pelos produtores como um importante ingresso de renda.

Tipo 3 – Caracterização e trajetória do Sistema de Produção Leite

Os produtores que implantam o sistema de Produção Leite (Tipo 3) em sua trajetória passaram por dificuldades financeiras em período recente (Tabela 7). Fatores relacionados à partilha das terras (pequenas áreas de terra), ao insucesso na produção de soja e de trigo, durante as décadas de 1970 e 1980, contribuíram para essa redução expressiva da renda da maior parte das propriedades que desenvolvem este Sistema. Outro fator impactante foi a dificuldade em honrar empréstimos agrícolas em um quadro inflacionário, sobretudo, a partir de 1980. Neste contexto, nos anos de 1990, a atividade leiteira passa a receber uma maior atenção por parte destes agricultores, em decorrência da crescente demanda por parte da indústria de leite. A partir de então, a atividade leiteira assume um papel central neste tipo de sistema produtivo. Atualmente, no município, aproximadamente 20% das propriedades rurais implementam este sistema de produção (Dados da Pesquisa).

Nessas unidades produtivas, as áreas agriculturáveis estão entre 5 e 65 hectares, com a prevalência de propriedades com pequenas áreas, em média 27 hectares. Residem nas unidades de produção o produtor e seus descendentes (filhos e netos) que dependem, para a manutenção da família, exclusivamente da renda oriunda das atividades agrícolas.

Uma parcela significativa destes produtores ainda mantém áreas com o cultivo de soja (60 a 80% da SAU) e do milho (20 a 25% da SAU). A produção de soja é comercializada com empresas privadas cerealistas da Região. Neste sistema, os produtores consideram a receita do cultivo da soja como uma fonte adicional de receita. A produção de milho é utilizada para consumo na unidade e para a produção de silagem. Comum também entre os produtores é a manutenção de um baixo efetivo de bovinos, suínos e ovinos, com produção destinada ao autoconsumo, havendo, eventualmente, a comercialização de excedentes na própria região. Além disso, a maior parte dos produtores mantém produção de alguns produtos da horta e pomar com estratégia de autoconsumo.

A atividade central neste Sistema de Produção é a produção de leite escoada em distintos canais de comercialização. Na venda direta à indústria, o leite é recolhido nas unidades de produção por caminhões-tanque. Já na comercialização direta, o produtor vende o leite, acondicionado em vasilhames, em estabelecimentos comerciais e residências, na área central de Passo Fundo. Ainda ocorre a comercialização de leite nas feiras de hortifrutigranjeiros, realizadas no centro de Passo Fundo. Foram analisadas 13 unidades do tipo 3 na pesquisa – cerca de 16% do total de unidades pesquisadas.

Tabela 4. Síntese das Características das Unidades de Produção pertencentes ao Sistema de Produção Leite (Tipo 3).

Item	Característica
Área	Hectares
a)Área média	27 hectares
b) Superfície Agrícola Útil	Cerca de 65% da área é agriculturável nestas unidades
Propriedades do Sistema	Número de Unidades
a) Número de unidades	11
Produção Principal das Unidades	Produto (cultivos e derivados)
a) Soja	Cerca de 60% a 80% da área agriculturável da unidade
b) Milho	Cerca de 20% da área agriculturável da unidade
c) Autoconsumo	Produtos da horta e pomar
Criação	Tipo de criação (finalidade)
a) Aves	Suínos, bovinos e ovinos para autoconsumo
Canais de Comercialização	Locais e características
a) Tipos de Mercados	Venda de leite à indústria, a feiras e nas casas e
	em pequenos mercados
Mão de Obra	Quantidade (modalidade)
a) Familiar	Membros da família
Recursos Financeiros	Modalidade do recurso (finalidade)
a) Oriundos de Programas do Estado para	45% dos produtores possuem financiamento
Agricultura	para lavouras de soja e milho

Fonte: Dados de Pesquisa.

Entre as características positivas da produção leiteira, destacam-se a venda diária e consequente ingresso de renda, a possibilidade de dispor de distintos tipos de comercialização e também a produção dos derivados do leite para comércio, tem incentivado os produtores a investirem na atividade. A maior parte dos produtores tem aplicado recursos na compra de ordenhadeiras mecânicas e resfriadores de leite. No quesito alimentação animal, uma parcela significativa destes produtores tem recorrido à melhoria do cultivo de milho, aveia, de produção forrageira e de pasto. Destacam-se também investimentos em inseminação artificial e na seleção do gado leiteiro na busca de uma maior produtividade e um menor custo de produção.

A busca por financiamentos do Estado, por parte destes produtores, para a atividade leiteira, ainda é incipiente. Os investimentos recentes são realizados diretamente junto às empresas agropecuárias da Região. Porém é interessante citar que, parte dos produtores, recorre a linha PRONAF para financiarem suas pequenas parcelas plantadas com soja, milho ou aveia, que indiretamente proporcionam uma agregação de valor a atividade central do sistema.

A atividade leiteira na área rural que é realizada por estes agricultores tende a seguir o caminho da especialização. Entre as unidades pesquisadas, foi identificado que parte da área, alocada ao cultivo da soja, vem sendo substituída pelo cultivo de milho, visando à ampliação da produção de silagem, destinada a alimentação animal. Também o arrendamento de pequenas áreas, a terceiros, é prática recorrente entre estes produtores, com a finalidade de gerar recursos monetários adicionais para investimentos no incremento da atividade leiteira.

Tipo 4 – Caracterização e Trajetória do Sistema de Produção Soja e seus subsistemas

O quarto Sistema de Produção, implementado por produtores da área rural de Passo Fundo, possui como atividade central o cultivo da soja. Segundo dados dos informantes-chave da pesquisa, este Sistema de Produção apresenta-se em funcionamento em 70% das propriedades rurais do município. Em decorrência das particularidades identificadas, optou-se pela divisão deste Sistema de Produção (e das propriedades que o compõem) em dois Subsistemas: (a) Subsistema de Produção Soja-Criação; e (b) Subsistema Soja-Cultivos de Inverno, analisados a seguir.

a) Trajetória do Subsistema de Produção Soja - Criação

Os produtores que implementam o Subsistema de Produção Soja-Criação (Tabela 8), ao longo de sua trajetória recente, dedicaram-se, principalmente, ao cultivo da soja associado com atividades de criação. Um elemento inerente a estas unidades é a realização da atividade de criação, sobretudo, criação de bovinos, já na década de 1940. Ou seja, a criação de bovinos esteve presente desde os primórdios da implantação destes agricultores na área rural do município. Estes elementos explicam, mesmo que parcialmente, as razões da manutenção de atividades de criação nestas propriedades.

A área média das propriedades, que implantam este Sistema, atualmente é de 86 hectares, utilizados, sobretudo, com o cultivo de soja e atividades de criação de bovinos, suínos e, eventualmente ovinos, com finalidade comercial.

A mão de obra é composta pelos membros que residem na unidade, havendo, esporadicamente, a contratação de diaristas em períodos com maior demanda de trabalho agrícola. A totalidade desses produtores são proprietários das áreas de produção. No entanto, cerca de 36% da amostra de produtores arrendam áreas adicionais, visando à ampliação da área cultivada com soja e também da área cultivada com pastagem, para alimentação dos rebanhos. Cabe ressaltar que, em média, 65% da área total das unidades é utilizada para o cultivo da soja.

A comercialização da soja é realizada através de empresas cerealistas e cooperativas da Região. A criação, que se apresenta como a segunda atividade em importância, está segmentada da seguinte forma: em torno de 96% das unidades criam bovinos, 68% criam suínos e 24% das unidades criam ovinos. Em aproximadamente 64% das unidades ocorre a criação de suínos conjuntamente com a criação de bovinos. A comercialização da produção animal é realizada com cooperativas, abatedouros e frigoríficos da Região. Atualmente algumas indústrias e cooperativas da Região Sul estão implementando contratos com alguns produtores, para criação de suínos no sistema de confinamento para venda e posterior abate.

Um fato determinante para a consolidação destas unidades de produção que utilizam o Subsistema de Produção Soja - Criação foram os financiamentos, sobretudo, durante as décadas de 1970 e 1980, para aquisição de maquinarias e benfeitorias. A maior parte das propriedades possui galpões, tratores, arado, pulverizador, colheitadeira e demais implementos para a lavoura de soja e para a técnica do plantio direto. Destacam-se, igualmente, o constante acompanhamento e incorporação de novas técnicas agrícolas, de novos insumos e implementos no cultivo da cultura da soja.

Tabela 5. Síntese das Características das Unidades de Produção pertencentes ao Subsistema de Produção Soja – Criação.

Item	Característica
Área	Hectares
a)Área média	86,14 hectares
b) Superfície Agrícola Útil	Em torno de 95% da superfície total das unidades
Propriedades do Sistema	Número de Unidades
a) Número de unidades	23 unidades
Produção Principal das Unidades	Produto (cultivos e derivados)
a) Soja	Em torno de 65% da superfície total
b) Milho	Necessário a alimentação animal
c) Autoconsumo	Sobretudo Animal (ovinos, suínos e bovinos)
Criação	Tipo de criação (finalidade)
a) Bovino	Em conjunto com suínos
b) Suíno	Em conjunto com bovinos
Canais de Comercialização	Locais e características
a) Tipos de Mercados	Cooperativas, empresas da região e frigoríficos.
Mão de Obra	Quantidade (modalidade)
a) Familiar	Membros da família
b) Temporária	Contratação eventual em momentos de plantio e colheita da soja
Rendas Externas à Unidade de Produção	Percentual em relação à amostra
a) Aposentadoria rural	60,86%
Recursos Financeiros	Modalidade do recurso (finalidade)
a) Oriundos de Programas do Estado para Agricultura	47,82% dos produtores utilizam financiamentos para custeio e investimentos na unidade de
	produção
b) Outras fontes de Financiamento	Investimento de empresas no processo de integração produtor indústria

Fonte: Dados de Pesquisa.

Atualmente, cerca de 47% dos produtores entrevistados recorrem ao financiamento, com destaque para o custeio e o investimento agrícola. Em aproximadamente 60% das unidades pesquisadas foi encontrada pelo menos uma pessoa na situação de beneficiário da aposentadoria rural. Esse tipo de sistema foi encontrado em cerca de 28% das unidades da amostra.

b) Trajetória do Subsistema de Produção Soja – Cultivos de Inverno

A maior parte dos produtores que utilizam o Subsistema de Produção Soja-Cultivos de Inverno tem, em sua história recente, algum tipo de envolvimento com atividades paralelas à agricultura como, por exemplo, a exploração de madeira, olarias, moinhos artesanais, moinhos de trigo, ou frigoríficos. Ou seja, estes produtores mantêm uma atividade comercial, associada a uma diversidade de atividades agrícolas, desde os tempos passados.

Além do cultivo da soja, destacam-se os cultivos de inverno, notadamente, do trigo e de aveia. A rotação de cultivos de inverno e de verão permite a esses produtores otimizar a mão de obra, os equipamentos de lavoura e a área agriculturável disponível em suas unidades de produção (Tabela 9).

As unidades que implementam este Sistema de Produção apresentam áreas médias em torno de 76 hectares e 55% dos produtores arrendam terras adicionais, visando à produção de grãos. A mão de obra utilizada é composta pelo produtor e por seus familiares. No entanto, algumas unidades de produção ainda são compostas por, pelo menos, um empregado permanente, e, nos momentos de colheita dos cultivos, realizam contratações temporárias.

A produção de soja ocupa cerca de 70% a 80% da área total agriculturável da maioria das unidades de produção entrevistadas. Como canais de comercialização estes produtores recorrem a empresas cerealistas locais, cooperativas (locais e regionais) e empresas multinacionais de captação de grãos. A maior parte destes produtores mostrou-se cautelosa quanto ao melhor momento de venda e quanto aos preços recebidos pela produção. Realizam avaliações em relação a preços pagos, nos diferentes canais comerciais, recorrendo a mecanismos de proteção como assessorias de cooperativas e também a mecanismos de estoque de parte da produção em cooperativas e empresas locais, barganhando, deste modo, melhores preços e condições de venda da produção.

Parte significativa dos agricultores entrevistados cultiva milho para consumo próprio, notadamente para alimentação animal, salientando que somente em 30% das propriedades ocorre a comercialização desta produção. Entre as culturas de inverno, parcela importante destes produtores cultiva o trigo (51%), a aveia (82%) ou ambos (44%). A produção de trigo é comercializada para moinhos e cooperativas locais. Já a produção de aveia, em muitas propriedades, é utilizada para alimentação animal e, eventualmente, seu excedente é comercializado. Cerca de 70% das unidades entrevistadas apresentam áreas com pastagem cultivadas e/ou campo nativo. A maior parte possui bovinos, suínos e ovinos, para consumo interno e venda em pequena escala. Da mesma forma, os produtores possuem vacas de leite para consumo da família, além da venda de leite e queijo eventualmente para vizinhos. A produção da horta e dos pomares tem como destino o autoconsumo familiar.

Tabela 6. Síntese das Características das Unidades de produção pertencentes ao Subsistema de Produção Soja - Cultivos de inverno

Item	Característica
Área	Hectares
a)Área média	76,53 hectares
b) Superfície Agrícola Útil	90% da Superfície Total
Propriedades do Sistema	Número de Unidades
a) Número de unidades	29
Produção Principal das Unidades	Produto (cultivos e derivados)
a) Soja	70 a 80% da área agriculturável
b) Milho	Até 20% da área agriculturável
c) Autoconsumo	Horta, pomar e consumo animal de bovino, suíno e ovino
Criação	Tipo de criação (finalidade)
a) Bovinos	Autoconsumo e venda em pequena escala na região
b) Suínos	Autoconsumo e venda em pequena escala na região
c) Ovinos	Autoconsumo e venda em pequena escala na região
Canais de Comercialização	Locais e características
a) Tipos de Mercados	Moinhos e cooperativas locais, indústrias locais
Mão de Obra	Quantidade (modalidade)
a) Familiar	Membros da família
b) Outras formas	Permanente e temporária
Renda externa à unidade	Percentual em relação à amostra
a) Aposentadoria Rural	48%
Recursos Financeiros	Modalidade do recurso (finalidade)
a) Oriundos de Programas do Estado para	• • • • • • • • • • • • • • • • • • •
Agricultura	investimentos nas culturas de lavouras

Fonte: Dados de Pesquisa.

Cerca de 48% dos produtores entrevistados contam com o benefício da aposentadoria rural. Em relação aos financiamentos agrícolas, 58% deles recorrem a alguma modalidade junto a agentes do Estado, em grande parte destinados aos cultivos de lavoura. Esse tipo de sistema representa 36% do total da amostra investigada na pesquisa de campo. Os equipamentos disponíveis são compostos por máquinas e implementos relacionados aos cultivos de lavoura, havendo uma constante renovação destes bens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior parte das unidades da amostra investigada recorreu, historicamente, a políticas do tipo setorial, sobretudo na esfera agrícola. Este tipo de política agiu, notadamente, durante o processo de modernização da agricultura, para a aquisição de tecnologia (maquinarias e implementos agrícolas), sobretudo em unidades que se adequavam ao modelo vigente.

Em Passo Fundo, o uso de políticas setoriais para mecanização de grande parte das unidades de produção foi uma estratégia adotada pelos produtores de

forma constante, contribuindo para uma série de mudanças na área rural do município. Como um dos resultados deste tipo de política, a análise dos dados desta pesquisa apontou para a perda expressiva na mão de obra (permanente e temporária) do campo, o que, certamente, contribuiu para o processo do êxodo rural, com deslocamento de um contingente de produtores para a área urbana do município.

Acerca da trajetória desenvolvida nas unidades de produção investigadas identificou-se a redução de uso efetivo de mão de obra ao longo do tempo (assalariada e permanente), sobretudo, no Sistema de Produção Aviário (Tipo 2) e no Sistema de Produção Soja (Tipo 4), durante as décadas de 1960 a 1990. Outro resultado observado, nas unidades investigadas, foi a relação entre o êxodo rural e a ampliação de área plantada com as culturas de verão e inverno (soja e trigo). Ambas são atividades historicamente poupadoras de recursos humanos na agricultura. Nesses sistemas (Tipos 2 e 4), da mesma forma, houve a ampliação de recorrentes investimentos em maquinarias, implementos e novas técnicas de produção para agricultura.

O rápido avanço de culturas de verão e inverno, em conjunto com a tecnificação das unidades, formula um conjunto de exigências que passaram a comandar o panorama de Passo Fundo. Dois modelos se formam: de um lado, um ciclo de prosperidade prometeu se instalar; de outro, acirram-se as contradições agrícolas (DAL'MORO; RÜCKERT, 2004).

Por outro lado, uma parcela significativa de agricultores busca adequar-se à política de expansão, principalmente de cultivo de grãos, via constante aquisição de subsídios e técnicas modernas de produção. Segundo Rückert (2003), no Planalto Médio o período entre 1965 e 1976 pode ser caracterizado por créditos altamente subsidiados, o que gerou uma alta concentração de riqueza para os capitalistas da agricultura⁵. Essas transformações foram catalisadas pelas políticas do Sistema Nacional de Crédito Rural⁶ (SNCR), por políticas de extensão e investimentos em pesquisa agrícola, que, em conjunto, criaram as condições necessárias à estruturação dos novos processos da agricultura de Passo Fundo e região.

Este ciclo de prosperidade, em conjunto com as contradições no campo, foi identificado nas unidades pesquisadas neste estudo. Na análise da pesquisa de campo destacam-se duas situações notadamente identificadas nas unidades da área rural do Sistema Hortifrutigranjeiro e do Sistema Leiteiro: (1) a venda de área

⁵ Neste cenário desponta em Passo Fundo uma "nova categoria" de empresários rurais, que ganhou espaço no estado do Rio Grande do Sul e, sobretudo, no Planalto Médio no final da década de 1950: os granjeiros. Definem-se, através da interação técnica, entre as indústrias que produzem para agricultura, entre a agricultura e as agroindústrias processadoras, o complexo agroindustrial de Passo Fundo a partir de 1965, passando a existir um conjunto de atividades econômicas, agrícolas, industriais e financeiras com elevado grau de integração entre si (Tedesco *et al.*, 2005).

⁶ O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), implantado em 1965, cumpriu papel determinante na transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e das cadeias agroalimentares. Os vinte anos iniciais da política de crédito rural (1965 a 1985) caracterizaram-se pela relativa facilidade de expansão creditícia e condições de repasse aos beneficiários (Leite, 2001).

de terras dos produtores com poucos recursos a produtores capitalizados, e/ou (2) a inserção dos produtores em atividades compatíveis com os recursos de produção disponíveis nas propriedades. Esses resultados são explicados, ainda que em parte, pela história agrária desses agricultores, que enfrentaram dificuldades de acesso à terra, à tecnologia e demais recursos do Estado.

Em complemento ao acesso a políticas aplicadas à agricultura⁷, ressalta-se a parceria entre as indústrias e os produtores do município. Este mecanismo foi diagnosticado na pesquisa, notadamente, nos sistemas de produção que têm sua centralidade na integração avícola (Tipo 2) e no Subsistema Soja-Criação, em que os produtores diversificaram as atividades praticadas nas unidades.

Após a análise das trajetórias das unidades de produção (via evolução dos tipos de sistemas produtivos identificados na amostra) o estudo observou que um contingente de produtores com menores condições de acesso a políticas clássicas de Estado à agricultura (setoriais distributivas e regulatórias) reordenam-se, em razão de novos arranjos produtivos locais e regionais, de acordo com novas demandas de mercados emergentes. Os produtores pertencentes ao Sistema Hortifrutigranjeiro, por exemplo, recorreram a outras modalidades de políticas públicas. Com o envolvimento em associações (Associação Municipal dos Feirantes) ligadas ao poder público municipal (Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Embrapa, entre outras instituições), os produtores organizaram-se de acordo com as novas demandas locais em relação aos processos de produção e comercialização da produção desta natureza. Flexor e Leite (2007) destacam como políticas institucionais a construção de arenas específicas para o exercício de determinados programas ou políticas. Para os autores, a criação dessas arenas deve ser entendida como resultado de uma dada política, na qual se enquadram os conselhos municipais, regionais, nacionais de diferentes naturezas.

Também a previdência rural, presente em cerca de 50% das unidades entrevistadas na pesquisa de campo, apresenta-se na área rural de Passo Fundo como uma importante fonte monetária. Para Delgado (2006), o seguro universal da previdência rural se contrapõe a duas tendências excludentes da agricultura brasileira: (1) a herança histórica do setor de subsistência da agricultura brasileira e (2) a ampliação conjuntural desse setor a partir da liberação comercial e estagnação econômica vigentes na década de 1990.

Nas unidades de Passo Fundo a renda oriunda deste benefício auxilia, sobretudo, aquelas com menor ingresso de renda agrícola (como, por exemplo, unidades pertencentes ao Sistema Leite). No entanto, foi diagnosticada a presença deste benefício em unidades pertencentes a todos os sistemas identificados na pesquisa.

Por fim, evidencia-se a participação de uma diversidade de modalidades de políticas públicas utilizadas atualmente pelas unidades de produção e em distintos períodos durante sua trajetória. A evolução dos projetos de governo e de seus

⁷ Os produtores do sistema aviário e do Subsistema Soja-Criação, normalmente, recorrem a crédito para custeio da plantação de soja em suas unidades de produção (Dados da Pesquisa).

mecanismos destinados à agricultura certamente contribuiu para o desenho do quadro atual. Além disso, nesta pesquisa se identificou a busca por um conjunto de políticas públicas diferentes, em sua essência, para o desenvolvimento das unidades deste município. Por exemplo, muitos produtores recorrem atualmente, conjuntamente, a mecanismos de políticas diferenciadas e a programas especiais para custeio de parte da produção (Pronaf); a políticas institucionais (associações, cooperativas e organizações não governamentais) e também ao benefício universal da previdência rural como estratégias de manutenção das atividades de suas unidades de produção.

REFERÊNCIAS

BASSO, D.; DELGADO, N. G.; SILVA NETO, B. O Estudo de Trajetórias de Desenvolvimento Rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens. *Desenvolvimento em questão*, Ijuí/RS, v. 1, p. 73-105, 2003.

BELIK, W. Estado, Grupos de Interesse e Formulação de Políticas para a Agropecuária Brasileira. *Revista de economia e sociologia rural*, Brasília, v. 36, n.1, jan./mar., 1998. 2000.

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil.* Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 2001.

BENETTI, M. D. FRANTZ, T. R. (Coord.). *Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul 1957-1984*. Porto Alegre: FEE, 1985.

BERDEGUÉ, J.; ESCOBAR, G. Efectos de la metodología de tipificacion en la investigacion de sistemas de produccion. In: ESCOBAR, G; BERDEGUÉ, J. (Editores). In: *Tipificacion de sistemas de producción agrícola*. Santiago de Chile: Gráfica Andes Ltda., 1990.

BRUM, A. J. *Modernização da agricultura no Planalto Médio*. Ijuí (RS): FIDENE, 1983 (coleção biblioteca da vida rural, v.1).

DAL'MORO, S. M. RÜCKERT, A. A. A agricultura no processo de desenvolvimento no Planalto Médio rio-grandense. In: SILVA, A. M. R. *et al.* (Org.). *Estudos de geografia regional:* o urbano, o rural e o rurbano na região de Passo Fundo. Passo Fundo: Ed. UPF, 2004. p. 26-68.

DUFUMIER, M. Importância de la tipologia de unidades de produccion agrícolas em el analisis de diagnostico de realidades agrarias. In: ESCOBAR, G;

_____. La importancia de la tipologia de las unidades de produccion agricolas en el analisis-diagnostico de realidades agrarias. Paris-Grignon, Instituto nacional agronómico, 1995.

_____.Les projets de développement agricole: Manuel d'expertise. Paris, Éditions KARTHALA, 1996.
_____. Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas. Salvador: Ed. UFBA, 2007.

ESCOBAR, G; BERDEGUÉ, J. Conceptos y metodologia para la tipificacion de sistemas de Finca: la experiência de RIMISP. In: ESCOBAR, G; BERDEGUÉ, J. (Editores). In: *Tipificación de sistemas de producción agrícola*. Santiago de Chile: Gráfica Andes Ltda., 1990.

FIBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos econômicos do Rio Grande do Sul*, 1950 - 1995/96. Rio de Janeiro: IBGE, 1998, n. 22.

_____ . Censo agropecuário 2006: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

FLEXOR, G. G.; LEITE, S. P. *Análise de políticas públicas*: breves considerações teórico-metodológicas. In: Eli de Fátima Lima; Nelson Delgado; Roberto Moreira. (Org.). Mundo rural: configurações sociais, poderes e políticas. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007, v. 1.

GIORDANO DELGADO, N. Política económica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil.* Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. e CAMPANHOLA, C. (2002) O que há de realmente novo no rural brasileiro? *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 19, n.1, p.37-67, jan./abr. 2002

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. (Coord.). Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto. Brasília: *Projeto de cooperação técnica FAO/INCRA*, fev/2000. 74 p. Disponível em: http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html.

LEITE, S. (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil.* Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 2001.

MASSUQUETTI, A. *A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97.* Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998

MÜLLER, C. A. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Banrisul, 1998. 228p.

NUNES DA SILVA, P.R. *Uma releitura do processo de transformações na agricultura gaúcha no período de 1970-80.* Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

PERROT, et al., É. L'analyse des trajectoires des exploitations agricoles. Une méthode pour actualiser les modèles typologiques et étudier l'evolution de l'agriculture locale. Économie Rurale 228, jun./aoút, 1995.

PERROT, C. *et al.* Comment modéliser la diversité dês exploitations agricoles? In: *Les Cahiers de la Recherche Développement*. France, CIRAD-SAR, 1995.

PERROT, C. LANDAIS, E. Exploitations agricoles: Pourquoi poursuivre la recherche sur les méthodes typologiques? In: *Les cahiers de la recherche développement*. France, CIRAD-SAR, 1993.

SABOURIN, É.; CARON, P.; TONNEAU J. P. Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento local: reflexões a partir de experiências no Nordeste brasileiro. *RAIZES*, Campina Grande, v.24, n. 01 e 02, jan./dez., 2005.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. *Desenvolvimento agrário e desigualdades regionais no Rio Grande do Sul:* uma caracterização socioeconômica a partir dos municípios. In: Verdum *et al.*, *Rio Grande do Sul:* paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SEBILLOTTE, M.; CAPILLON, A. Étude des systèmes de production des exploitations agricoles. Une typologie. In: *Caribian seminar on farming systems research methodology*. Pointe-à-Pire, INRA, 1980.

SILVA NETO, B. *et al. Sistemas agrários do Rio Grande do Sul.* Análise e recomendações de Políticas. Ijuí (RS): Editora UNIJUÍ, 2005.

TEDESCO, J. C. *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar*: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo - Pósanos 90. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Porto Alegre: EST, 2006.

TESDESCO *et al. Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo:* evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980. Porto Alegre: Ed. Est, 2005.

_____. *Colonos, carreteiros e comerciantes:* a região do Alto Taquari no início do século XX. Porto Alegre: Ed. Est, 2000.

_____.Contratualização e racionalidade familiar. In: *Agricultura familiar:* realidades e perspectivas. Passo Fundo (RS): Ed. UPF, 1999. p. 108-145.

______.Passo Fundo e a produção do território pós-anos 1950: migração e urbanização. In: BATISTELLA, A. (Org.). *Passo Fundo, sua história:* indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia, imprensa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2007. v.1. p. 347-376.

TEDESCO, J. C.; SANDER, R. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros*: Lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960). Passo Fundo (RS), UPF, 2002.

ZIMMERMANN, C. A previdência rural brasileira no contexto das políticas públicas. *Revista Espaço Acadêmico*, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá (P.R.), n.48, maio.2005.

Submetido em 27/03/2013 Aprovado em 06/08/2013

Sobre os autores

Luiz Fernando Fritz Filho

Administrador (FACE/PUCRS); Mestre em Economia Rural; Doutor em Desenvolvimento Rural (FCE/PGDR/UFRGS). Professor Pesquisador da Universidade de Passo Fundo/UPF.

Endereço: Campus I - BR 285 Km 171, São José. 99001970 - Passo Fundo - RS - Brasil.

E-mail: fritz@upf.br

Lovois de Andrade Miguel

Agrônomo, mestre e doutor em Agronomia. Instituto Nacional Agronômico - Paris Grignon – França. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (FCE/PGDR/UFRGS).

Endereço: Av. João Pessoa, 31, Centro. 90040000 - Porto Alegre - RS – Brasil.

E-mail: lovois@ufrgs.br

Karen Beltrame Becker Fritz

Economista; Mestre em Economia Rural; Doutora em Desenvolvimento Rural (FCE/PGDR/UFRGS). Professor Pesquisador da Universidade de Passo Fundo/UPF.

Endereço: Campus I - BR 285 Km 171, São José. 99001970 - Passo Fundo - RS - Brasil.

E-mail: karenfritz@upf.br.